

## As celebrações do Espírito Santo nas dinâmicas histórico-culturais

António Manuel Ribeiro Rebelo  
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos - CECH;  
Fac. de Letras da Univ. de Coimbra

Publicado em: *Correio de Coimbra*, 6 de Junho de 2019, p. 5.

No que diz respeito à terceira pessoa da Santíssima Trindade, o primeiro milénio da nossa Era foi dominado, primeiramente, pela disputa teológica em torno do dogma trinitário, depois, pela questão da processão do Espírito Santo (a famosa querela do *Filioque*, que culminou com o cisma entre as igrejas latina e grega). Do ponto de vista cultural, o Espírito Santo estava sobretudo associado à inspiração e revelação divinas, à concepção do Salvador no seio da Virgem Maria, aos sacramentos e ao espírito de missão, confiado aos seus discípulos e efectivado pela acção do Espírito no dia de Pentecostes, quando os Apóstolos se encontravam reunidos com Maria no Cenáculo, como, aliás, lhes havia sido prometido por Jesus. A pomba do baptismo de Cristo e as línguas de fogo do Pentecostes passaram a ser a representação tradicional do Espírito Santo na iconografia cristã. A evangelização não seria possível sem a inspiração e acção do Paráclito, que estimula, fecundiza e redimensiona a acção humana através dos Seus sete dons, como no-lo demonstram os autores sagrados do Novo Testamento. Não raramente, os grandes escritores cristãos (como, por exemplo, S. Gregório Magno) são representados com uma pomba sobre os ombros, soprando-lhes ao ouvido a inspiração da sapiência, do entendimento e da ciência, que iluminam a compreensão dos mistérios sagrados (daí a expressão de “Espírito Santo de orelha”, quando alguém segreda informação a outra pessoa).

Ciente da importância destes dons, a Universidade determinava, já nos estatutos de 1431, que o doutorando, antes das provas e cerimónia de doutoramento, fosse conduzido à Sé catedral para ouvir missa solene do Espírito Santo. A partir dos estatutos manuelinos, essa obrigação aplicava-se também aos bacharéis no dia em que prestavam provas de licenciatura. Mais tarde, já em Coimbra, e com D. João IV, a abertura solene das aulas seria precedida da missa solene do Espírito Santo, tradição que sobreviveria aos

Estatutos Pombalinos. Não admira, pois, que o altar-mor da Capela da Universidade patenteie copiosas alusões e invocações à luz e inspiração do Espírito de Deus.

Na Idade Média, a doutrina messiânica do beneditino Joaquim de Flora iria influenciar a devoção ao Espírito Santo. Revelava uma concepção escatológica da História, dividida em 3 períodos, cada um dos quais dominado por uma das pessoas da Santíssima Trindade. Assim, à *Idade do Pai* (correspondente ao período do Antigo Testamento), seguia-se a *Idade do Filho*, revelada pelo Novo Testamento. A apoteose seria a *Idade do Espírito Santo*, uma época ideal de fraternidade, de conciliação e convívio pacífico entre povos e raças, sem distinções sociais, em plena harmonia cósmica com Deus, que segundo cálculos complexos, iria ter início no séc. XIII. Nessa altura, foi mesmo criada uma Ordem do Espírito Santo, cujos hospitalários juravam entregar-se ao Espírito Santo, à Virgem Maria e aos pobres, *seus senhores*, para os servir ao longo da vida.

Este ideal recebeu o apoio entusiástico dos Franciscanos, que se instalaram em Alenquer, onde foram criadas as primeiras confrarias em Portugal – as do Espírito Santo –, visando o auxílio ao próximo, com o seu banquete ou bodo aos pobres. Depois do Concílio de Trento, as Confrarias do Espírito Santo foram absorvidas pelas novas irmandades da Senhora da Misericórdia, das quais estas são as sucessoras, ou foram anexadas pelas Confrarias do Santíssimo Sacramento.

Em Alenquer esteve também exilada a Rainha Santa Isabel, que já conhecia e praticava esta devoção desde a sua infância em Aragão. Inspirada por um sonho, mandou construir aí uma igreja dedicada ao Espírito Santo. As festas dos tabuleiros de Tomar integram-se também no Culto ao Espírito Santo e há quem faça remontar a sua tradição à influência de Santa Isabel. Os povos da zona Oeste do país participaram activamente na colonização da Madeira e dos Açores, onde a devoção ao Espírito Santo adquiriu uma riqueza de tradições, que variam consoante as ilhas e as povoações, e se reflectem nos famosos impérios, nas procissões e cortejos, nos bodos (com as tradicionais sopas do Espírito Santo, distribuição de rosquilhas...). O isolamento insular permitiu a pervivência destas tradições, ao longo dos séculos, embora a

doutrina de Joaquim de Flora viesse a ser condenada pela Igreja. A expansão ultramarina, que passava necessariamente pelos Açores e Madeira, levou a devoção ao Espírito Santo aos pontos mais recônditos do império português, começando pelo Brasil, onde as festas do Espírito Santo são centrais em mais de sete dezenas de municípios (a cidade do Espírito Santo, fundada em 1535, deu o nome à capitania e depois ao Estado homónimo). Jaime Cortesão faz coincidir o auge do culto ao Espírito Santo com a época dos descobrimentos, em que, aliás, também abundam as representações artísticas do Pentecostes, como as de Grão Vasco. Uma das suas quatro telas pentecostais (porventura a mais bela das que pintou) encontra-se na sacristia Mosteiro de Santa Cruz. É que a primeira capela do lado do Evangelho era dedicada ao Espírito Santo e alguns dos doutoramentos universitários, antecedidos da respectiva missa do Espírito Santo, eram realizados neste mosteiro.

Mais recentemente, pela emigração açoriana, as festas estenderam-se aos Estados Unidos e Canadá com uma vitalidade espantosa.

Já mais perto de nós, em Coimbra, são também seculares as festas do Imperador de Eiras, que alguns fazem remontar ao tempo de Santa Isabel, mas que outros atribuem a um voto da população assolada pela peste no séc. XVI. Consistiam na coroação de um imperador, na igreja matriz, que seguia em cortejo até ao Mosteiro de Celas, onde se cantava um *Te Deum* e o imperador era novamente coroado pelo capelão. Seguiam para a capela do Espírito Santo, junto à cerca do Mosteiro de Santo António dos Olivais, onde as festas continuavam com missa, um grande banquete público e arraial. A licenciosidade de alguns costumes pagãos levou à sua interdição, em 1728, embora o povo não deixasse de as celebrar senão com a instabilidade do início do séc. XIX. As festas só foram retomadas em 1919, quando regressaram sãos e salvos todos os soldados de Eiras que participaram na Grande Guerra, cumprindo um voto das populações ao Divino. Ainda hoje, são elas a face mais visível do culto ao Espírito Santo em Coimbra.